

Lições estrangeiras: a educação em outros países sob a ótica da Revista Veja

Cristiele Magalhães Ribeiro

1. INTRODUÇÃO

Cada sociedade, dependendo dos seus determinantes culturais e históricos, possui um entendimento sobre qual é o papel do ensino e dos públicos diretamente com ele envolvidos. Em geral, a educação é considerada uma maneira de mudar significativamente e positivamente uma situação pré-existente, desenvolvendo pessoas para tornarem-se agentes de transformação. Na década de 60, no Brasil, Paulo Freire chamava de “educação bancária” a que era voltada para a oratória e atividades burocráticas, um indicativo, talvez, das intenções governamentais daquele período já que a escola, assim como a comunicação social, é um aparelho ideológico que favorece a existência de uma cultura hegemônica. O ensino deve superar a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, é necessário um processo de conscientização que gere o processo de questionamentos (SOARES, 1986). A metáfora de Paulo Freire, segundo Citelli (2000), revela conceitos de acumulação, reprodução e burocratização.

Segundo Morin (2010, p. 18) “o conhecimento deve ser permanentemente revisitado e revisado pelo pensamento; o pensamento é, mais do que nunca, o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade”. Existe obscuridade no que se destina a esclarecer todas as coisas, há uma crise no conhecimento contemporâneo que está relacionada à crise do século XXI, para Morin (2015, p. 23), o conhecimento “comporta sombras, zonas cegas, buracos negros”.

Esta pesquisa é fragmento da tese de doutorado em que analisamos as reportagens publicadas pela Revista Veja sobre educação no período entre 2003 e 2010. A escolha deste período deu-se porque, ao realizarmos um levantamento prévio de reportagens ao longo de um ano a cada quinquênio desde 1970 (a revista foi lançada em 1968), nele identificamos o ápice de publicações sobre o tema.

Neste artigo realizaremos uma análise documental de, especificamente, seis reportagens que tiveram como foco o ensino em outros países (China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Finlândia e Cingapura). Elas foram publicadas entre 2003 e 2008. Para tal, consideraremos os princípios recursivo, hologramático e dialógico, que, segundo Edgar Morin (2015), no livro *O método 3: o conhecimento do conhecimento*, estão inter-relacionados e são fundamentais no paradigma da complexidade.

Considerando o princípio anel recursivo verificaremos se as reportagens analisadas relacionarão o desenvolvimento destes países à excelência de seu ensino ao passo que o ensino é resultado do desenvolvimento e da valorização a que é submetido pela sociedade e pela política em que está inserido. O produto (o ensino) é produtor do que o produz (o país). Por meio do princípio hologramático verificaremos como o modelo de ensino vigente e a pauta de governo sobre a educação destes países se sobrepõem, se conjugam, se relacionam e se separam, um revelando o outro. Por meio deste princípio também poderemos entender, sendo a educação um processo constituinte da construção de um cidadão e, por conseguinte, de uma sociedade, quais são as expectativas desta sociedade e de seus governantes (expressas em discursos e políticas públicas) sobre o processo educacional. Ao utilizarmos o princípio dialógico, verificaremos contradições relacionadas à imagem da educação, em especial entre os

países citados nas reportagens e como elas possuem possibilidades de diálogos, mesmo que possam excluir-se mutuamente. Por meio destes três princípios, identificaremos como estas relações ocorrem no discurso da Revista Veja publicado no período em questão.

2. DESENVOLVIMENTO

Os discursos, independente se jornalísticos ou não, propagam conceitos intencionais (BARTHES, 2003), originam-se “de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues no nível retórico, sutis e agudas no nível gramatical” (BARTHES, 2004, p. 31-32). São provenientes da distinção e da diferença e vão de encontro à opinião corrente e ao que se fixa nele (BARTHES, 1975). O discurso de uma revista como a Veja, que se utiliza de uma linguagem de cultura de massa, é considerado encrático. Baseado na repetição, desenvolve-se sob a “luz (ou a sombra) do poder, dos seus múltiplos aparelhos estatais, institucionais, ideológicos” (BARTHES, 2008, p. 124).

Considerando que vivemos em um mundo globalizado, é importante que se conheça a realidade da educação em outros países, não que possam servir de “receitas prontas” e aplicáveis em nossa realidade, mas para que possamos estabelecer interconexões, permitindo o aprendizado, o desenvolvimento, a existência de novos arranjos de parcerias e trabalhos em conjunto, quebrando antigos paradigmas. A globalização, para Giddens (2000, p. 43), consiste em uma variedade complexa de processos, movida “por uma mistura de influências políticas e econômicas [...], relevante para a ascensão do ‘novo individualismo’ que figurou com tanto destaque em debates socialdemocráticos”. Para ele, os “processos globalizantes retiraram poderes das nações e o transferiram para o espaço global despolitizado” (GIDDENS, 2000, p. 153). Já para Ampuja (2015, p. 60), a “globalização significa a intensificação da interconexão mundial e nada mais”.

A reportagem de Mônica Weinberg, intitulada *Brasil entre Gana e Coréia*, foi publicada no editorial Economia e Negócios da Revista Veja publicada em 27 de agosto de 2003. A repórter apresenta um histórico da renda per capita nestes três países comparando como eles estavam em 1960 e em 2003. O Brasil apresentava-se inicialmente com uma renda per capita alta comparativamente aos

outros dois países, situação que se inverteu até 2003. Na segunda página da reportagem há duas fotos, uma de alunos com fones de ouvido, aparentemente uniformizados, estudando em uma sala de aula da Coreia, em que as classes possuem divisórias de vidro entre si, como se os alunos estivessem trabalhando em boxes, tal qual em grandes empresas. Não há a presença de um professor, o aluno é considerado o protagonista. A imagem, caso não estivessem todos lendo com a cabeça baixa, lembraria um departamento de *call center*. Na legenda da foto consta a informação que o foco é o ensino fundamental. A outra foto é de alunos em Gana, em pé, uniformizados, em um ambiente externo, alguns abraçados por uma mulher que aparentemente representa ser a professora. A legenda da foto aponta “Estudantes em Gana: tentativa de recuperação”. Entre as fotos, a diferença da renda per capita entre os países em 2003, a da Coreia era mais do que o dobro do que a do Brasil e oito vezes maior do que a de Gana. Ao observarmos as fotos, é possível a interpretação de que o afeto que consta na foto de Gana tem um valor e um resultado diferente do que o individualismo expresso na foto dos estudantes coreanos. Quarenta anos antes, Coreia e Gana possuíam a mesma renda per capita, porém, o texto informa que o investimento pesado em educação na Coreia fez com que o país se tornasse próspero e a população jovem tivessem em 2003 umas das taxas de escolarização mais altas do mundo. Também informa que o investimento em educação superior no Brasil, em 2003, era muito desproporcional ao investimento em educação básica (17 para 1) enquanto na Coreia era equilibrado (2 para 1). Além disso, a mudança de governantes no Brasil faz com que projetos desenvolvidos em governos passados fossem descartados. A educação no Brasil é de responsabilidade da União, dos estados e dos municípios, o que pode gerar legislação e enfoques diferentes, além de experimentos educacionais. A reportagem também disponibiliza um quadro comparativo entre uma professora brasileira e uma americana, em que a primeira ganha pelo menos dez vezes menos do que a segunda, tem menos horas em sala de aula, um terço a mais de alunos e é graduada, enquanto a segunda tem mestrado.

Weinberg também escreveu a reportagem *7 lições da Coreia para o Brasil*, praticamente um passo-a-passo sobre como devemos agir, publicada na editoria Especial, em 16 de fevereiro de 2005. Ela aponta que os investimentos devem

voltar-se para o ensino fundamental, que os melhores alunos devem ser premiados, racionalizar os recursos para pagar melhor os professores, investir na educação voltada para a tecnologia, atrair empresas para as universidades de forma que subsidiem pesquisas voltadas para o mercado, fazer com que os alunos estudem mais e os pais sejam mais participantes nos estudos dos filhos. Em 1960, a Coreia, saída recentemente de uma guerra civil, possuía 35% de sua população analfabeta e com uma renda per capita de 900 dólares (a metade do que era a renda per capita no Brasil). Em 2003, o analfabetismo estava extinto na Coreia do Sul, 82% dos jovens estavam na universidade, enquanto o Brasil possuía metade da renda per capita coreana, e 80% das suas crianças passavam pelo menos dez horas diárias em frente ao quadro negro. A Coreia possuía um sentido de hierarquia, uma cultura de competição e não recebia imigrantes de diversas partes do mundo. Além de investir no ensino fundamental público, contar com o acompanhamento dos familiares do aluno (30% do orçamento familiar é voltado para a educação), há o investimento em tecnologia, como a presença de telão de plasma em todas as salas de aula para projeção, laboratório com computadores com acesso à internet, também há bibliotecas completas que atraem inclusive os familiares nos finais de semana, infraestrutura para a prática de esportes profissionais, professores que estão entre os mais bem pagos do mundo, atuando em apenas uma escola, emprego estável, férias longas e quatro horas para preparar aulas e atender estudantes. A repórter aponta o confucionismo como um dos motivos para esta preocupação com a educação, doutrina milenar de origem chinesa, privilegia o trabalho e a exaltação ao estudo. Também o fato de querer estar a frente do Japão que dominou o país na segunda guerra mundial, por isso, o interesse em ter os melhores engenheiros (opção profissional de 30% dos universitários). As boas universidades fazem seleção dos melhores alunos mediante análise de boletins do ensino médio. Tais níveis de competição fazem, também, com que a Coreia do Sul tenha altos índices de taxas de suicídio na adolescência.

A reportagem *Revolução na sala de aula*, escrita pela mesma jornalista das anteriores (Mônica Weinberg), publicada em 9 de agosto de 2006, apresenta a China apostando na meritocracia para ter os melhores alunos e, assim, tornar-se a maior economia mundial. É parte de um relato maior feito pela

Revista Veja sobre este país, está presente na capa com um dragão vermelho envolvendo toda a imagem do globo terrestre, além do nome em letras garrafais “CHINA”. Crianças concorrem em ranking nacional, são aplaudidas em cerimônias e ganham aulas extras. A educação e o crescimento do país avançam em sintonia. Em menos de três décadas, após a Revolução Cultural de Mao Tsé Tung, considerado o período das trevas, a China reduziu a taxa de analfabetismo de 60% para 4%, colocou duas de suas universidades entre as melhores do mundo, formou 1,2 milhão de pesquisadores doutores e possui a maior concentração de alunos do mundo. Seu intuito era produzir alta tecnologia e, para tal, desenvolveu uma política de atração de pesquisadores que haviam evadido do país, que fez com que estes voltassem e fossem tratados como celebridades. Em 2006 havia disciplina e verticalismo no ensino, a entrada de escolas estrangeiras, cursos voltados para negócios (MBAs) e cinco disciplinas obrigatórias sobre marxismo em todos os cursos universitários. Os professores possuíam prestígio social.

Sobre o ensino na Finlândia, Thomaz Favaro, em 20 de fevereiro de 2008, publicou a reportagem *A melhor escola do mundo*, na editoria Educação. O jornalista apresenta um país que remunera menos os seus professores do que o Brasil e mantém o aluno mais tempo em sala de aula. O título de mestre é condição para um professor trabalhar no ensino fundamental. As escolas possuem salas tradicionais com no máximo dois computadores e lideram o ranking do Pisa, avaliação internacional da educação realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enquanto o Brasil disputa os últimos lugares com a Tunísia. Assim como na Coreia, os professores possuíam prestígio social. Não havia uma centralização do ensino como no Brasil, o currículo escolar era flexível, as políticas governamentais apenas apontavam linhas gerais a serem seguidas e a responsabilidade do desempenho dos seus alunos era do professor. O governo finlandês fazia um teste com as escolas uma vez ao ano, comparando ao desempenho nacional, e entregavam o resultado ao diretor e este, juntamente com os professores, definiam os novos rumos da escola em que atuavam. Foram necessárias três décadas para que o sistema de ensino finlandês se consolidasse. Aulas de reforço eram promovidas para aqueles que necessitassem e as escolas particulares cobravam uma taxa anual e opcional de

100 euros. Em 2008, a Finlândia foi o país que fez o terceiro maior investimento mundial em pesquisa.

Marcos Todeschini, na reportagem *A um clique de Yale*, de 20 de fevereiro de 2008, na editoria Internet, tratou sobre as aulas on-line, gratuitas e de acesso público, e que não ofereciam diplomas, realizadas por professores reconhecidos mundialmente. Eram informações científicas que elevavam o nível da rede, fonte de informações para pessoas que não possuíam tempo, dinheiro ou ambição para realizar um curso em um ambiente acadêmico e ajudavam a melhorar o currículo. A universidade americana de Yale, que fornecia cursos gratuitos, percebeu que parte dos seus alunos eram os tradicionais, que buscavam aprimoramento na educação formal, mas os demais (75%) eram profissionais de áreas completamente distintas daquelas em que estavam realizando o curso. Estes cursos não substituiriam os convencionais, pois não ofertavam aulas práticas, nem contato com os professores; serviriam como aprendizado para os alunos e divulgação para estas universidades.

A jornalista Camila Pereira, na reportagem *7 medidas testadas e aprovadas*, publicadas na Revista Veja de 18 junho de 2008, na editoria Educação, diz que o que mais impulsiona as pesquisas na área da educação é entender como alguns países conseguem ocupar posição de destaque em rankings de ensino e apresenta a pesquisa realizada por Mona Mourshed, doutora em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts que, juntamente com sua equipe, ao longo de um ano entrevistou 200 pessoas e visitou 120 escolas em vinte países. Segundo os resultados da pesquisa, em países com a Finlândia e a Coréia só podem concorrer a uma vaga na faculdade de educação os que estiverem entre os 10% com melhor boletim, diferente do que no Brasil em que optavam pela faculdade de educação os que estavam entre os 30% piores alunos. Em países considerados de bom ensino, antes da formatura, todos os alunos da Pedagogia precisavam experienciar a sala de aula com o apoio de um professor experiente, que o auxiliaria a desenvolver o planejamento da aula e a realizar as avaliações e o avaliaria. Também equivaleram o salário do professor ao de outros profissionais, para tal, aumentaram o número de alunos por sala para que fosse possível enxugar o número de professores. A implantação de sistemas meritocráticos também foram um incentivo na retenção de bons

professores. Os futuros diretores de escola eram preparados para tal, passando, muitas vezes, por MBAs e estágios de gestão antes de assumir o cargo. Em Cingapura, por exemplo, os futuros diretores de escola acessavam o conhecimento na área de gestão em empresas como HP e IBM. A inspeção de escolas, como uma espécie de auditoria, também foi apontada como fator relevante para a melhoria do ensino. A prescrição de currículos também era considerada um fator relevante para que o país melhorasse o seu ensino, além do acompanhamento dos alunos que tivessem dificuldades no aprendizado. Em países como a Finlândia, por exemplo, professores eram destinados para as atividades de reforço escolar e cerca de 30% dos alunos o faziam. Segundo especialistas, esta estratégia custa menos aos cofres públicos do que custear novamente todo o ano de estudos do aluno.

É possível perceber o princípio anel recursivo quando as reportagens apontam que na medida em que os países fazem investimentos em educação eles também se desenvolvem. O desenvolvimento econômico de uma nação está diretamente ligado ao desenvolvimento dos seus indivíduos e vice-versa. Quando as reportagens apontam o fator meritocracia, tanto na progressão de carreira dos professores quanto no ranqueamento dos alunos, também está presente o princípio do anel recursivo. O aluno será destaque se estudar e sentir-se-á ainda mais motivado a estudar se estiver dentre os primeiros. Há uma valorização à competição, à conquista pelo mérito em todos os países apontados pelas reportagens como exemplos a serem seguidos.

Uma pauta governamental brasileira de políticas públicas para a inclusão (ou, pelo menos, um discurso) estaria naquele período diretamente inversa a uma pauta meritocrática, como a apontada nas reportagens analisadas. Inclusive, uma delas cita que alunos com baixo rendimento não eram aceitos nos cursos de graduação voltados para a educação e formação de professores.

Muitas das políticas do governo brasileiro voltadas para a educação daquele período visavam muito mais o acesso de pessoas de condição socioeconômica menos favorecida ao ensino do que efetivamente o mérito, indo na contramão do que as reportagens apontaram como a “fórmula do sucesso” dos países em questão.

No princípio hologramático, a parte está no todo, assim como o todo está contido na parte (MORIN, 2003). Portanto, para estudarmos o todo e as partes, precisamos conjugá-los (MORIN, 2011), precisamos entender o que os separa e os reduz ao invés de tentar entender o que os distingue e os une. Como verificamos nas reportagens, para entender as políticas educacionais e práticas dos países em questão, é necessário entender o contexto social e cultural em que se encontra. A China queria reverter os resultados provenientes da Revolução Cultural de Mao Tsé Tung, considerado um dos maiores ditadores do oriente, precisava sair da era das trevas em que milhares de pessoas morreram devido à fome e à repressão ideológica. A Coreia do Sul precisava recuperar-se da guerra civil e não ser mais dominada pelo Japão, as universidades da Finlândia viram na propagação de cursos gratuitos na internet a possibilidade de elevar o nível do conhecimento que na época circulava, promover o acesso de pessoas sem tempo e poder aquisitivo e, com isso, autopromover-se ao divulgar seus serviços educacionais. Quando uma das reportagens cita que a mudança de governantes no Brasil faz com que projetos desenvolvidos em governos passados sejam descartados, demonstra que uma democracia muito recente ainda está em questionamento.

As matérias demonstram a importância da competição entre os estudantes e até mesmo entre os professores. A meritocracia é superestimada como propulsora do desenvolvimento dos países em questão. Incluir o diferente ou o excluído não é colocado na pauta, eles são invisíveis. A remuneração (exceto na Finlândia) e o prestígio social são considerados importantes na carreira de um bom professor, tendo em vista que ele também precisa estar em um ambiente competitivo para desenvolver alunos envolvidos nesta cultura. O individualismo auxilia na seleção dos melhores. Em um mundo globalizado, o protagonismo do indivíduo é exaltado.

No princípio dialógico, os contraditórios possuem possibilidades de diálogos e, mesmo que possam excluir-se mutuamente (e eles tendem a fazê-lo), o pensamento deve assumi-los dialogicamente, porque “são indissociáveis em uma mesma realidade” (MORIN, 2010, p. 96). Uma das reportagens apresenta a foto de alunos estudando em boxes separados por vidros, com fones de ouvido, sem nenhuma interação uns com os outros, como se estivessem tra-

balhando na indústria, representando um discurso de sucesso escolar e desenvolvimento intelectual. Obter o conhecimento intelectual bastará para ser competitivo a ponto de ser considerado o “melhor” dentro de uma sociedade? Não será necessário incluir o diferente (o imigrante, o que possui mais dificuldades com o aprendizado, o que não tem poder aquisitivo), valorizar outros conhecimentos e competências? Uma das reportagens aponta que a Coreia, sinônimo de sucesso na educação, não recebe imigrantes de diversas partes do mundo. Estaria ela apontando como um diferencial competitivo o fato de a Coreia não receber imigrantes?

O acompanhamento dos pais e a competência e envolvimento dos professores é apontado como importante no processo educacional, assim como desenvolver professores gestores para trabalharem na direção das escolas. Nessas sociedades os professores possuem prestígio social, uma das reportagens chegou a citar que eles são considerados “bons partidos para casamento”.

Independente de como o ensino é percebido e tratado, há apenas uma certeza posta entre as reportagens: o foco em educação é fundamental para que um país seja próspero e desenvolvido. É necessário que os sujeitos diretamente ligados a este processo (alunos e professores) possuam incentivos, disponham de tempo para estudar/ensinar e sejam reconhecidos pelos bons resultados atingidos.

3. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As reportagens analisadas fazem pouca relação direta com o ensino praticado no Brasil no período em que foram publicadas e, quando o fazem, mostram apenas as suas fraquezas. O discurso das reportagens é voltado para o enaltecimento do mérito, considerado principal propulsor de um ensino de qualidade, e há um apagamento do discurso da inclusão, vigente no cenário nacional com a criação de programas governamentais com tal intuito.

Dentre os programas do governo vigente na época (Luiz Inácio Lula da Silva) que tinham esta proposta, podemos citar o ProUni (Programa Universidade para Todos), que distribuiu bolsas integrais e parciais para alunos provenientes de famílias com renda per capita máxima de até três salários mínimos. O Pro-

grama Escola de Fábrica, voltado para a aprendizagem profissional de jovens de família com renda per capita de até um salário mínimo (FRIGOTTO; CIABATTA; RAMOS, 2005). A Bolsa Permanência e o Fundo de Investimento Estudantil – Fies, para que os alunos pudessem financiar parte da mensalidade (BRASIL, [2007?]). O PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), que tinha como objetivo promover ações educacionais articuladas que elevassem o nível de escolaridade dos jovens brasileiros, visando a conclusão do ensino fundamental e, também, a sua qualificação profissional (BRASIL, 2006, p. 2). E o estabelecimento de que o Estado deveria garantir a oferta gratuita e de qualidade em creches próximas ao local em que cada criança morasse (BRASIL, 2010).

O discurso da Revista Veja é intencional e pode ser uma contrapartida ao discurso governamental. Uma maneira de posicionar-se, de comunicar que não concorda com as políticas públicas implementadas no Brasil na área da educação. A sua fala é de um lugar de poder, pois é a de maior circulação no Brasil (PUBLI ABRIL, 2017) e a segunda maior do mundo (VEJA, 2017). Temos que questionar por que outros países não foram analisados, por que o foco dentro de oito anos foram apenas estes países (Coréia, Finlândia e China). Com tantos outros países desenvolvidos, que poderiam ter seu processo educacional citado como exemplo, por que apenas os países que focam em um processo voltado para a meritocracia e a competição foram analisados pelas reportagens?

Ao considerarmos o paradigma da complexidade, de Edgar Morin, é necessário que assumamos a nossa responsabilidade de questionar, debater eticamente, promover ideias (MORIN, 2003). Precisamos, sim, repensar os processos educacionais, reformar o pensamento e buscar o pleno uso da inteligência (MORIN, 2010). Por isso, questionamos quais as reais intenções da Revista Veja ao apresentar estas reportagens. Ela demonstra, certamente, um posicionamento político e ideológico, apresentando “fórmulas de sucesso” até então não desenvolvidas no Brasil. Nossa intenção não foi buscar verdades ao realizar este ensaio, mas sim, como afirma Barthes (1975), de identificar os sentidos emergentes dos discursos desta revista que influencia a opinião corrente, fixando-se nela.

Referências

AMPUJA, M. A sociedade em rede, o cosmopolitismo e o “sublime digital”: reflexões sobre como a história tem sido esquecida na teoria social contemporânea. *Revista Parágrafo*, v. 1, n. 3, p. 55 – 67, jan.jun. 2015.

BRASIL. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)*. [2007?]. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=562>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. *Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010*. (2010). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. *Resolução nº 3, de 16 de agosto de 2006*. (2006). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_06.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BARTHES, R. *Aula*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. *Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

_____. *O neutro: anotações de aulas e seminários ministrados no Collège de France, 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O prazer do texto*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CITELLI, A. *Comunicação e educação*. A linguagem em movimento. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

FRIGOTTO, G.; CIABATTA, M.; RAMOS, M. A política da educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, especial out. 2005.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Meus demônios*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

PUBLI ABRIL. *Circulação total*. [S.l]: Abril, 2017. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/svp/tabelas/circulacao>>. Acesso em: 24.06.2017.

SOARES, I. de O. Recepção crítica dos MCM. Projetos em desenvolvimento nas escolas. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). *Comunicação e educação: caminhos cruzados*. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 435-447.

VEJA.COM: *Obrigado, leitor*. [S.l]: Junho, 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/obrigado-leitor/>>. Acesso em: 24.06.2017.

Corpus da análise

FAVARO, T. A melhor escola do mundo. Como a Finlândia criou, com medidas simples e focadas no professor, o mais invejado sistema educacional. *Revista Veja*, São Paulo, n. 2048, p. 66-68, 20 fev. 2008.

PEREIRA, C. 7 medidas testadas e aprovadas. *Revista Veja*, São Paulo, n. 2065, p. 128-130, 18 jun.2008.

TODESCHINI, M. A um clique de Yale: as melhores universidades do mundo oferecem cursos na internet – sem cobrar nada. *Revista Veja*, São Paulo, n. 2048, p. 82-84, 20 fev. 2008.

WEINBERG, M. Brasil entre Gana e Coréia. O desafio de repetir a incrível experiência da Coréia do Sul, que reconstruiu um país com base na educação. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1817, p.104-107, 27 ago. 2003.

_____. 7 lições da Coréia para o Brasil. O que o país pode aprender com o bem-sucedido modelo de educação implantado na Coréia do Sul. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1892, p. 60-71, 16 fev. 2005.

_____. Revolução na sala de aula. No projeto em seu transformar em superpotência, a China copia tudo o que deu certo no Ocidente e investe na formação de um exército de cientistas. *Revista Veja*, n. 1968, p. 122-129, 9 ago. 2006.

Sobre a autora

Cristiele Magalhães Ribeiro - Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC – Porto Alegre/RS. Professora na Universidade La Salle – Canoas/RS. - rcristiele@gmail.com